

economia

Ministro nega conflito entre projeto da 6x1 e PEC

Planalto enviou ao Congresso projeto de lei que reduz limite de jornada

/ GOVERNO FEDERAL

Após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter enviado, na noite de terça-feira, ao Congresso Nacional o projeto de lei que prevê o fim da escala 6x1, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, negou, ontem, que a proposta enviada pelo governo vá competir com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o tema que já tramita no Legislativo.

“Os dois são importantes”, disse Marinho, em entrevista coletiva sobre o tema no Palácio do Planalto. “Nós não estamos votando para competir um instrumento contra o outro.” Segundo o ministro, o PL é importante para reduzir a escala imediatamente. Pelo regime de urgência, precisa ser votado em 45 dias. Já a PEC serviria para consolidar o fim da escala, obrigando que um eventual aumento do tempo trabalhado, no futuro, exija também uma emenda à Constituição. Ainda sobre a PEC, um pedido de vista coletivo feito pelas lideranças do PSDB e do PL na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados adiou, ontem, a votação sobre a constitucionalidade da proposta.

Segundo o texto enviado pelo Planalto, a proposta visa reduzir o limite da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, garantindo dois dias de descanso re-



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL/JC

Segundo Marinho, o PL é importante para reduzir a escala imediatamente

Veja o que prevê o projeto enviado pelo Planalto

- **Jornada semanal:** limite passa de 44 para 40 horas
- **Descanso ampliado:** ao menos dois dias de repouso semanal remunerado
- **Novo padrão:** consolidação do modelo 5x2 e redução das horas trabalhadas
- **Salário protegido:** vedada qualquer redução salarial
- **Abrangência ampla:** inclui

domésticos, comerciários, atletas, aeronautas, radialistas e outras categorias abrangidas pela CLT e leis especiais.

- **Aplicação geral:** limite de 40 horas passa a valer também para escalas especiais e regimes diferenciados
- **Flexibilidade:** mantém escalas como 12hx36 por acordo coletivo, respeitada a média de 40 horas por semana

munerado sem redução salarial. A escala passaria a ser de cinco dias trabalhados para dois dias de descanso. O presidente Lula, em postagem nas redes sociais, salientou que a proposta seguiu com “urgência constitucional”, o que faz com que o Legislativo tenha 45 dias

para a deliberação da matéria. De acordo com Lula, o envio da proposta tem relação com a dignidade das famílias brasileiras, “de quem constrói o Brasil todos os dias”. O presidente ressaltou que a jornada menor não prevê qualquer redução no salário.

Comércio diz que proposta afetará renda menor e abertura aos domingos

/ MINUTO VAREJO

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

Uma das primeiras reações do varejo caso ao projeto de lei enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional para acabar com a jornada 6x1, com limite de 40 horas semanais e abrindo caminho para regime de 5x2, foi colocar em dúvida a abertura aos domingos. Os supermercadistas, que não conseguem preencher vagas hoje em lojas, temem que a mudança trabalhista inviabilize o funcionamento neste dia da semana onde há convenção para essa operação.

Dirigentes ouvidos pela coluna Minuto Varejo atentam ainda para redução de renda, que afetaria vendas do setor, e cobram discussão sobre o futuro da jornada. “Pode, sim, inviabilizar o domingo. Hoje já está difícil a questão da mão de obra, que está cada vez mais restrita”, vincula o presidente da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas), Lindonor Peruzzo Junior.

Para o presidente da CDL Porto Alegre, Carlos Klein, a preocupação é com impactos para a renda de trabalhadores, associados ao repasse de “maior custo gerado pela redução da jornada de trabalho”. “Muito cruel com o trabalhador a ilusão de que a jornada será reduzida sem redução de salários. Ingenuidade ou ignorância colocar a discussão sobre a mesa dessa forma”, lamenta Klein: “Esse assunto precisa ser

discutido de forma transparente, sincera e honesta”.

O presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, afirma que o governo federal quer promover “melhoria de qualidade de vida com canetaçoes populistas”. “Leis não fazem mágicas. Limitar contratos de trabalho formais com regras mais restritivas, que vão se somar a todos os encargos já existentes na CLT, sem discutirmos formas de aumentar a produtividade que realmente possam elevar a renda e aumentar o tempo de lazer das pessoas, apenas tira as pessoas da formalidade e dificulta muito a rotina das empresas”, reage Bohn, em nota enviada à coluna.

Arcione Piva, presidente do SindilojasPOA, foi direto: “Um horror, especialmente para os micro e pequenos empreendedores do varejo! Se de fato for aprovado, será um retrocesso gigante no mercado de trabalho!”, elevou o tom. “É oportunismo político, o que tira o caráter legal. Precisamos de mais tempo para discutir o tema e, especialmente, ver quais contrapartidas serão dadas para minimizar os impactos financeiros para as empresas”, projetou o presidente do SindilojasPOA.

“Somos favoráveis à modernização da legislação trabalhista. As relações de trabalho exigem mais flexibilidade. O ideal seria que o próprio trabalhador tivesse maior autonomia para decidir onde trabalhar, quantas horas dedicar e por qual remuneração”, defende Ivonei Pioner, presidente da Federação Varejista do RS.

Entidades do RS criticam iniciativa do governo federal

/ INDÚSTRIA

Cássio Fonseca e Jamil Aiquel
economia@jornaldocomercio.com.br

O envio ao Congresso Nacional, em regime de urgência constitucional, do Projeto de Lei nº 1.838/2026 pelo governo federal gerou forte reação de entidades representativas do setor produtivo no Rio Grande do Sul.

Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiersg), o principal problema é a pressão com que o governo tratou a questão. Segundo a entidade, o governo está impondo uma regra uniforme que ignora as particularidades de cada setor. A Federação argumenta que o atual limite legal já oferece flexibilidade e que o Bra-

sil, através de negociações coletivas, já opera com uma média prática de cerca de 39 horas semanais.

O Sinduscon-RS, por sua vez, alertou para as consequências imediatas e práticas da medida no setor da construção, que é altamente dependente de mão de obra. De acordo com o sindicato, a redução de jornada sem adequação salarial vai desorganizar a integração das equipes nos canteiros, gerar retrabalho e aumentar os prazos. O resultado será o repasse inevitável desses custos para o consumidor final. “Na construção civil, setor intensivo em mão de obra e essencial ao desenvolvimento do país, a redução da jornada representa, na prática, aumento imediato dos custos, com reflexos diretos no valor final das obras”, pondera

o Sindicato.

A Federação das Empresas de Logística e Transporte de Cargas no Rio Grande do Sul (Fetransul) considera legítima a busca por melhores condições de trabalho, mas sustenta que alterações dessa magnitude precisam ser discutidas com base em dados técnicos, negociação coletiva e respeito às diferenças entre os setores: “No transporte de cargas, a preocupação da Federação é que uma redução uniforme da jornada, sem transição e sem aumento da oferta de profissionais, acabe produzindo efeitos diretos sobre custos, produtividade e abastecimento. Como consequência, parte desse impacto pode ser repassada ao preço final dos produtos e chegar à mesa do consumidor”.

Centrais de trabalhadores defendem redução da jornada

/ TRABALHO

Cláudio Isaías

isaiaasc@jcrs.com.br

Mais de 72% da população brasileira aprova o fim da escala 6x1 e a redução da jornada sem redução de salário, segundo o vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB/RS), Guiomar Vidor, ao destacar que o fim da escala 6x1, enviada ao Congresso Nacional pelo governo Lula (PT), contempla na essência aquilo que é a principal reivindicação dos trabalhadores e de grande parte da sociedade brasileira. Segundo Vidor, que também é integrante da executi-

va nacional da CTB, a escala 5x2 que está sendo proposta, além de encontrar eco na sociedade é uma necessidade para a melhoria do ambiente de trabalho e das condições de trabalho que hoje estão muito precarizadas.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT/RS), Amarildo Cenci, disse que o projeto de lei pelo fim da escala 6 por 1 configura uma oportunidade para a sociedade brasileira repensar todo o processo de imposição que se faz para milhões de trabalhadores. “São mais de 25 milhões de trabalhadores que estão nas escalas de 44 horas semanais, 14 milhões na escala 6x1 e com um dia de descanso por semana”, ressalta.